

“A Economia Solidária Está Despertando as Mulheres”

A ONG ASPLANDE atende a mulheres em empreendimentos de Economia Solidária

Birgit Hoinle¹

“Desde que trabalho na cooperativa, muita coisa mudou na minha vida. Eu estava muito depressiva, não queria falar com ninguém, queria me esconder. Agora posso me comunicar, saí do problema, agora eu estou ajudando aos jovens!”

Este depoimento foi dado por uma mulher participante da Cooperativa de Costureiras em São Gonçalo e reflete as mudanças que ocorreram na vida dela ao se unir a esse grupo. Realmente, muitas mulheres “despertaram” e passaram por profundas mudanças pessoais. Elas declaram que aprenderam a assumir responsabilidade, defender sua opinião e capacitar-se através do trabalho numa Cooperativa Popular.

A organização ASPLANDE ajuda muitas mulheres no processo de adquirir conhecimentos e melhorar a autoestima. A cada 5^o-feira elas se reúnem para assistir aos cursos organizados pela ASPLANDE que versam sobre a Economia Solidária e questões de Gênero.

São temas como finanças solidárias, planejamento & administração, organização em Redes e discriminação racial ou por gênero. Reconhece-se que elas adquiriam muitos conhecimentos na prática cotidiana no empreendimento. Através de uma metodologia participativa é possível descobrir esses conhecimentos e construir um saber a partir da troca das diferentes experiências.

O que é uma comercialização sem ética? O que é uma comercialização ética? - dois grupos de mulheres pegam tesouras, cartaz, lápis de cor e jornais e surge uma animada discussão sobre valores econômicos, a partir da qual elas expressam as perguntas no cartaz. Depois, as participantes mostram, orgulhosas, a opinião de cada grupo sobre o que elas entendem ser uma economia com ética.

Não o lucro, mas o benefício coletivo e os valores humanos são a prioridade na Economia Solidária. A produção é organizada em caráter coletivo e pauta-se numa “relação honesta entre os produtores e consumidores” – conforme explica Leila de Souza Vidal, do empreendimento “Mulheres da Pedra”. As mulheres concordam que cada decisão deve ser feita em conjunto, mediante reunião e após discutirem as questões. A responsabilidade pelo desempenho é de cada uma das participantes.

Assessoria para empreendimentos do campo e da cidade

Muitos empreendimentos da Economia Solidária nascem por iniciativa de mulheres desempregadas e, na maioria, provenientes de bairros periféricos. Ao juntarem seu pouco capital, como por exemplo, uma máquina de costura, e suas habilidades, formam, por exemplo, uma Cooperativa de Costureiras.

Assim foi o caso da Cooperativa Popular “Corte & Arte”, fundada por mulheres desempregadas da favela do Cantagalo, com a assistência da ASPLANDE, que apóia empreendimentos que precisem, sobretudo na fase inicial, dessa assessoria no que tange a gestão, planejamento e monitoramento. A ASPLANDE também atende aos pequenos produtores rurais, de forma a projetar a criação de um mercado regional de agricultura familiar.

Para dar continuidade à capacitação das empreendedoras, a ASPLANDE ainda oferece os cursos semanais, além de seminários extraordinários, como o “Mulheres

¹ É alemã, estudante de Ciências Políticas e Geografia e Voluntária da ASPLANDE.

tecendo uma Outra Economia”, em colaboração com a organização PACS. Continuar o aprendizado é muito importante para as empreendedoras: “Se não me alimentar, termino me distanciando”- explica uma participante.

Uma das principais necessidades é saber como ter acesso aos financiamentos para os pequenos empreendimentos, que normalmente são rejeitados pelos bancos comerciais. Em razão disso, o movimento da Economia Solidária decidiu instalar a “Casa de Confiança” no Rio, que financia com juros simples, facilitando assim o acesso a microcréditos; pois, “o dinheiro é do povo, as riquezas devem ficar entre nós”, como afirma uma mulher durante a discussão sobre finanças solidárias.

“Uma Rede é como costurar para fazer uma grande teia”

Muitos dos empreendimentos da Economia Solidária são organizados em Redes. A “Rede Cooperativa das Mulheres Empreendedoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro” surgiu em 1997 por iniciativa das mulheres com o apoio da ASPLANDE e atualmente, é formada por cerca de 20 empreendimentos da Economia Solidária com diferentes atividades econômicas, tais como culinária, costura, serviços gerais, artesanato, etc. No centro das atividades ocorre uma troca de experiências entre os diferentes grupos, com encontros a nível local, estadual ou nacional, como por exemplo, a “Rodada de Negócio Cooperativo do Fórum Zona Norte/ Zona Sul”, e a viagem à Feira de Economia Solidária do MERCOSUL, ocorrida em Santa Maria (RS), entre outras.

A Rede tem um grande significado para as mulheres porque dá espaço à “troca de idéias e saberes”, também permite “conhecer e comunicar a existência de eventos e feiras”. A Rede “aumenta a organização coletiva”, possibilitando organizar a comercialização em conjunto. Para Maria Regina Fontes da “Criative Eco Arte”, a participação na Rede é - “como costurar para fazer uma grande teia.” A teia se constrói com cada vinculação feita entre diferentes grupos.

Na perspectiva de ASPLANDE, as Redes são espaços democráticos, que entrelaçam pessoas e grupos em torno de valores e objetivos comuns. Todos os nós da rede expressam um centro de poder, decisão e potencialidade.

Além disso, a Rede constitui um “outro modelo de desenvolvimento”, com uma organização horizontal, sem hierarquias. Ela prepara o caminho para a “transformação da economia” e por isso tem como objetivo “juntar as forças para influenciar as Políticas Públicas” – aponta uma ativista da “Rede da Socioeconômica da Zona Oeste”.

“Políticas Públicas como um direito para todos”

O movimento social já obteve várias conquistas que se expressam em Políticas Públicas favoráveis aos empreendimentos da Economia Solidária. A ASPLANDE, por exemplo, em conjunto com as organizações parceiras PACS e CEDAC, faz parte de uma comissão que, desde 2005, vem se dedicando a elaborar uma proposta de lei da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro. No decorrer dos últimos anos, a comissão realizou várias análises de casos ocorridos em outros estados e visitas a gabinetes. O movimento da Economia Solidária conseguiu uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado. A lei que pretende encaminhar um Conselho da Economia Solidária no Estado foi finalmente aprovada em 2008.

A institucionalização da Economia Solidária é muito importante porque “se não houver lei que garanta a continuidade das coisas conseguidas, elas acabam com outro partido”, explica Maria Zélia, que trabalha no Centro de Referência de Economia Solidária no município de Mesquitas. Ela reclama que, para muitos empreendimentos,

“falta formação para distinguir entre as Políticas Públicas como um direito para todos da política assistencialista, que é ligada a determinadas pessoas.”

Muitas mulheres demandam que as Políticas Públicas devem ser dirigidas, de fato, aos empreendimentos de Economia Solidária. E é preciso que elas participem diretamente na formação das políticas. “Porque precisamos de intermediários que não sabem de nossas realidades?” indaga Leila Souza Vidal.

A questão de Gênero constitui também um fator de impedimento ao acesso. As mulheres não se sentem entendidas ou aceitas pelos seus maridos ou pelas instituições quando querem participar.

“No capitalismo você trabalha como um burro e não ganha nada.”

Muitas mulheres também “despertaram” no sentido de que passaram a criticar o sistema capitalista no que tange à exploração do trabalho feminino: Elas recebem um salário menor pelo mesmo tipo de trabalho. Além disso, o serviço doméstico não está valorizado. A Maria Isabel comenta: “no capitalismo você trabalha como um burro e não ganha nada.” Outra mulher aponta a diferença entre o capitalismo e a Economia Solidária: “muitas pessoas são acostumadas a serem escravos e trabalharem baixo sujeição; nós, baixo compreensão.”

Na Economia Solidária, a aprendizagem e o empoderamento de cada uma é o mais importante. “Para mim foi uma aprendizagem no convívio com o ser humano e do conhecimento do que acontece neste Brasil sob o capitalismo” – conta Marina Regina Fontes.

É desse modo que, através do curso, a ASPLANDE desperta muitas mulheres quanto às realidades e resistências que estão acontecendo ao seu redor. “Não sabia que há tantas mulheres que estão na luta. Muitos crêem que as mulheres só estão em casa, mas não é bem assim, descobri aqui”- afirma Ana Maria Carvalho Santos.

“Padrão nunca mais na minha vida, nunca mais carteira assinada!”

A Economia Solidária cria a consciência de como funciona a sociedade e de que existem alternativas para organizar o trabalho e a economia: “Padrão nunca mais na minha vida, nunca mais carteira assinada!” – exclama Regina Fontes.

A Economia Solidária dá instrumentos para que possam lutar pelos seus direitos como mulher e como cidadã. Dando-lhes possibilidades de reinserção no mundo de trabalho e de ganhar seus próprios recursos, ela viabiliza o empoderamento para as mulheres e a inclusão social para pessoas social e geograficamente excluídas. “É uma ferramenta de inclusão e de organização da comunidade” – disse uma mulher durante o curso.

Deste modo, a Economia Solidária prepara o caminho para uma cidadania verdadeira e para a transformação da economia rumo a um modelo de inclusão, com direitos para todos e sustentando valores humanos e ecológicos. A Maria Isabel aponta: “Queremos uma economia justa e igualitária, que não pratique a exploração do outro.”

Enfim, as mulheres que “estão despertando” preparam o caminho para mudanças profundas: elas adquirem mais autoestima, assim como o direito a uma vida e um trabalho digno. Elas são tecedoras de uma “Outra Economia”.